

Quando a Rua é a Minha Morada: Percursos vividos e trajetórias afetivas de crianças e jovens moradores de rua

Camila Holanda¹

Resumo

O que se sabe é que as circunstâncias de surgimento dos chamados “meninos de rua” se apresentam de maneira diferenciada ao longo do tempo. Hoje sabemos que o tráfico de drogas e a violência doméstica são fatores de repulsão dessas crianças de suas comunidades, assim, foco minha análise nos fatores de atração que fazem com que crianças e jovens tenham a rua como a principal referência de moradia, mesmo quando há a possibilidade de retorno para suas casas. O que se percebe é que eles criam nas ruas uma forte rede de afetividade que possibilita novos mapas de sociabilidades. Assim, este artigo trás para a discussão uma reflexão sobre as redes de atração afetivas que faz com que muitas crianças e jovens compreendam a rua também como um lugar de encontro de afetos.

Palavras chaves: meninos de rua, sociabilidade, afetividade.

Résumé :

Ce qui se sait, c'est que les circonstances de l'apparition des dénommés “gamins des rues” se présentent de manière différenciée au long du temps. Aujourd'hui, nous savons que le trafic de drogue et la violence domestique sont des facteurs de répulsion des communautés d'origine de ces enfants. De la sorte, je focalise mon analyse sur les facteurs d'attraction qui font que des enfants et des jeunes ont la rue comme principale référence d'habitation, même lorsqu'il existe la possibilité de retour dans leurs foyers. Ce qui se perçoit, c'est qu'ils créent dans la rue un fort réseau d'affectivité rendant possible de nouvelles cartographies de sociabilité. Ainsi, cet article amène une discussion sur une réflexion à propos des réseaux d'attraction affectifs qui font que beaucoup d'enfants et de jeunes conçoivent la rue aussi comme un lieu de rencontre d'affects.

Mots-clés: gamins des rues, sociabilité, affects.

Os olhares que percorrem os espaços públicos da cidade conseguem observar com muita facilidade a presença dos corpos nômades dos moradores de rua. Em se tratando das crianças e jovens, as pessoas pensam que eles são muitos, mas na verdade, não são tantos quanto se imagina. O fato é que eles existem, circulam, vagueiam, perambulam e alardeiam através de olhares desconfiados e corpos miúdos suas presenças rechaçadas pela cidade. Não há quem desconheça a história de um dos personagens mais conhecidos e populares dessa trama: o menino Sandro do Nascimento, ou o seqüestrador do ônibus 147 ou o Mancha. Um mesmo individuo com três distintas identificações que variam das mais preconceituosas até as mais afetivas. E assim se percebe como o senso comum constrói e solidifica a imagem e a trajetória de um jovem chamado “de rua”.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Um morador de rua pode estar representado pela conceituação que José de Souza Martins (2000) definiu como um *homem simples do cotidiano*. Para o autor a modernidade produz indivíduos fragmentados, mas obstinados a mudar suas trajetórias de vida, que lutam para viver, mas que também lutam para que o viver não lhe escape e se apresente como absurdo ou destituído de sentido. Está é a dinâmica que a vida nas ruas produz. Uma luta constante de movimentações internas e subjetivas e externas territorializadas. A questão maior é saber como é vivido e produzido o cotidiano de pessoas jovens que estão nas ruas das cidades circulando. Como é tecido o sentido das redes de interação social estabelecidas por eles com os indivíduos ou grupos sociais que eles têm como referência quando estão nas ruas? Na verdade poucos ficam permanentemente. Há uma circulação entre *mundos de casa* e *mundos de rua*. Muitos voltam para as ruas porque há uma atração. Então, qual é o fio condutor que os levam várias vezes a voltar para a vida nas ruas?

Este fenômeno não é uma produção recente fruto dos tempos modernos. Há um grande equívoco nessa informação. A história da formação da sociedade brasileira é marcada por uma série de violações que não poupou a vida das crianças e jovens desde aquela época. As desigualdades sociais produzidas pelo atual estrutura de sociedade em que vivemos criou novas modalidades de exclusão e novos atores sociais mais vulneráveis a estes processos. Os meninos e as meninas, que muitos classificam como “de rua”, evidenciam a angústia cotidiana. Alardeiam com suas presenças os medos sociais e fragilizam as noções de respeito e solidariedade que os indivíduos possuem nos dias de hoje. Em se tratando dos grupos excluídos aí é que o temor aumenta! Como se determinados grupos sociais, os mais vitimizados pelas desigualdades sociais, fossem destituídos do direito básico da vida e estivessem predestinados a exclusão e eliminação social.

Para viver nas ruas é preciso coragem. Quem não tem malícia não sobrevive. A lógica da casa é relegada e uma nova lógica é produzida. A rua passa a ter um sentido que a casa profanizou, mas que os jovens e as crianças experimentam sacralizar porque produzem redes de afetividades, com poetiza João do Rio ao perceber a *A Alma Encantadora das Ruas*:

“Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque sofremos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia — o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia, Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua” (RIO, 2008:28).

A história dos meninos e das meninas que estão nas ruas da cidade de Fortaleza possui um acontecimento em especial que marcou uma mudança no trato com a questão, principalmente para os agentes públicos governamentais que operam a política de atendimento da cidade. Em 1994, o menino Pinguelim de 14 anos foi assassinado no entorno do Passo Municipal, um edifício público que durante muito tempo abrigou a sede da Prefeitura Municipal. Na época, a comoção da sociedade foi grande, mesmo existindo aqueles que ainda preferiam ver essas crianças mortas. O Conselho Municipal de Direito das Crianças e Adolescentes (COMDICA) logo convocou uma reunião para se pensar em ações de atendimento a este público e para apoiar as entidades da sociedade civil, a maioria de cunho religioso, que eram as instituições que realizam os atendimentos na época. O que observamos é que a banalização da vida de pessoas tidas como “a margem da sociedade” é capaz de revelar muito sobre a sociedade em que vivemos. Assim, podemos compreender quais são os elementos que a população moradora de rua pode revelar sobre a sociedade brasileira, mais especificamente, sobre a história das crianças e dos jovens pobres dessa cidade. O que podemos pensar de uma sociedade que tem medo de suas crianças?

Então, é tempo de se contar essas histórias. Ou de se recontar, e assim, registrar os vestígios que são deixados pelas andanças dos jovens nas ruas da cidade. Para José de Souza Martins (2000), a história é capaz de decifrar códigos incorporados pela prática cotidiana e já percebidos como unidades vazias de significados, fazendo com que o insignificante ganhe um corpo. Posto isso, é fundamental que se busque na história os relatos sobre a aparição dos primeiros meninos e meninas que circularam por terras brasileiras. O que se constata, através de textos históricos, é que a vinda das primeiras crianças em território brasileiro, com a chegada dos portugueses no século XVI, já aponta os primeiros casos de abandono e violência dos quais as crianças sempre estiveram sujeitas, sobretudo, as das classes mais pobres.

Mary Del Priore na obra *História das Crianças no Brasil* (2004) relata que nas embarcações lusitanas, a maioria das crianças subia a bordo ou na condição de serviçais ou como órfãos da Coroa, destinados a se casarem com os súditos que estavam no Brasil. Poucos vinham em companhias dos pais ou de algum outro parente que pudesse protegê-las. Durante o longo período da viagem, eram as crianças que tinham o cotidiano mais sofrido e temeroso. Quando havia os ataques dos piratas e a morte dos adultos, as crianças abandonadas eram escravizadas e exploradas passando a ser obrigadas a servir nos navios dos corsários franceses, holandeses e ingleses. Na quase ausência das mulheres, era os pequenos que sofriam os abusos sexuais dos marujos brutos e pedófilos que estavam a bordo. Nos corriqueiros naufrágios da época, em meio à confusão e desespero, pais esqueciam seus filhos

enquanto tentavam salvar suas vidas, e na condição de naufragas as crianças desembarcavam e ficavam entregues as suas próprias sortes em terras estrangeiras.

Estima-se que em cada embarcação existia cerca de 150 pessoas onde as crianças “martirizadas e descalças”, as que trabalhavam nos navios como serviçais nas categorias de grumetes e pagens, giravam em torno de 32 a 33 na faixa etária de menos de 16 anos de idade. Aos pagens eram destinadas tarefas um pouco mais leves e menos arriscada do que a imposta aos grumetes. Eles arrumavam os camarotes, serviam os oficiais e realizavam tarefas que pudessem proporcionar o conforto das autoridades que estavam a bordo. Este trânsito dava a este grupo de crianças certo prestígio e autoridade frente aos grumetes. Os pagens também recebiam castigo, mas eles eram bem mais leves se comparados com os dados aos grumetes. A maioria dessas crianças embarcavam sozinhas e eram filhas das famílias portuguesas pobres recrutadas muitas vezes a força. As que estavam acompanhadas eram filhas dos capitães e pilotos, onde seus pais tratavam logo de conseguir para elas o cargo de pagens para facilitar, ainda que pouco, sua vida na embarcação.

Sobre as crianças do sexo feminino, Mary Del Priore (2004) constata como a situação também era bastante trágica. Dada a falta de mulheres brancas nas expedições portuguesas, a Coroa procurou reunir para trazer ao Brasil meninas pobres entre 14 e 30 anos que viviam em orfanatos. Outras, mesmo sendo órfãs apenas de pais, eram seqüestradas de suas famílias pelos guardas da Coroa e levadas às embarcações que estavam saindo do porto. Essas meninas eram chamadas de “órfãs Del Rei” e eram em sua maioria meninas pobres de idade inferior a 17 anos. Naquela época, as que possuíam mais de 18 anos eram colocadas nos orfanatos pelos magistrados portugueses devido suas “vidas progressas” como prostitutas de ruas. E assim, os orfanatos também serviam para as autoridades como um lugar que possibilitava a retirada das “pecadoras” do convívio social. As ciganas também estavam nos orfanatos, pois eram consideradas infiéis e irredutíveis em abraçar a fé cristã, diferente das judias que eram mais suscetíveis as conversões.

Mesmo sendo pequeno o número de crianças que embarcavam rumo ao Brasil, e sendo menor ainda o número das que chegavam vivas, essas histórias são apontadas como as primeiras situações que gerarão a condição de crianças moradores de rua no Brasil. Muitas desembarcavam e ficavam perambulando dias e dias pelas ruas das primeiras vilas e vilarejos brasileiros. Elas estavam sozinhas, abandonadas e sem seus pais que deixaram em Portugal ou que perderam durante a viagem. Eram desnutridas, doentes e sujas e isso causava grande repúdio por parte dos indivíduos que já estavam estabelecidos no Brasil. Abandonadas a própria sorte traziam consigo apenas a lembrança de situações recentes de violência que

deixaram marcas no corpo e na alma de cada uma delas. Algumas conseguiam abrigo em entidades religiosas, que movidos pela fé cristã tão forte da época, “recolhia” estes “menores abandonados”. Com isso surgem também, os primeiros orfanatos brasileiros que desde então passam a ter, em sua maioria, desde os dias de hoje, um forte viés religioso.

No decorrer da história, saindo dos tempos imperiais do povoamento europeu em terras brasileiras, os séculos republicanos XIX e XX também apontam situações instigantes que contam a história das crianças brasileiras segundo Mary Del Priore (2004). Com a urbanização e a industrialização, as cidades passaram a produzir no mesmo ritmo que os avanços tecnológicos e financeiros graves problemas de desigualdade social e pobreza populacional. Em São Paulo, a partir das últimas décadas do século XIX, multiplicou-se o número de novos estabelecimentos comerciais, porém na mesma velocidade surgiam os cortiços e outros tipos de habitações precárias, apertadas e desconfortáveis que abrigavam os trabalhadores mal remunerados dos estabelecimentos existentes. Se as casas eram apertadas e produziam desconfortos, a rua era o espaço libertário. Assim, as pessoas iam ocupando os espaços públicos.

O agravamento das crises sociais se coloca como uma faceta recorrente do cotidiano da cidade. A criminalidade aumentava na mesma medida em que às formas de repressão, controle e vigilância dos casos e situações, gerando crises e tensões sociais que torna cada vez mais conflituoso o cotidiano cidadão. Diante desse contexto de perspectivas frustrantes e frustradas, a população jovem era um grupo que chama a atenção. Eram eles os que tinham mais dificuldades em entrar no mercado de trabalho, em acessar os serviços do governo de saúde e educação – em tempos que a assistência social nem era cogitada – em usufruir os espaços e eventos de cultura e lazer, e assim, se tornavam alvos dos órgãos de “controle social” da época.

Na obra de Del Priore encontra-se dados sobre os registros policiais praticados pelos jovens na época. Os delitos eram de menor gravidade, como vadiagem, embriaguez, roubos e furtos, e que tinham na malícia e na esperteza suas principais ferramentas de ação. Era nas ruas da cidade o palco onde as performances dos “meninos vadios” se expressavam com mais visibilidade nos primórdios da industrialização. Esses dados não são diferentes dos dias atuais. Os jovens sempre foram mais vítimas de situações de violência do que protagonistas desses fenômenos. São mais assassinados do que assassinos, mesmo que se tenha um número expressivo de jovens envolvidos em situações de violência, não há estatísticas que digam o contrário. Eles cumprem medidas de punição, são processados e condenados por praticar crimes de menor potencial ofensivo.

As medidas tomadas para conter a criminalidade de crianças e jovens que perambulam pelas ruas sempre foram às mesmas: retirá-los de circulação trancafiando-os em instituições que pudessem “recuperá-los”, “normatizá-los”, “discipliná-los”. Foi assim desde os séculos XVIII e XIX e é assim até hoje. O Código Penal da República Brasileira de 1890 já instituía que uma criança com menos de 14 anos que cometesse algum ato criminoso poderiam ser encaminhado, segundo ordem do Juiz, a Casa de Correção onde cumpria à pena não poderia passar da conclusão de seus 17 anos. Nessa mesma época, os que não possuíam famílias eram recolhidos nas Santas Casas de Misericórdia, pois naquele tempo cabia a Igreja a responsabilidade sobre as demandas de ordem social da população brasileira. A partir daí se solidifica no Brasil a cultura de institucionalização de crianças e jovens como uma maneira de coibir ou interferir a entrada no mundo “marginal” oferecida pela vida nas ruas. E assim, em meados do século XXI, se tem no Brasil mais de 80 mil crianças e adolescentes que hoje vivem em abrigos e mais de 10 mil adolescentes cumprindo medida socioeducativa em regime de internação. Isso reafirma a cultura da institucionalização, sobretudo, porque a sociedade não sabe lidar com as atitudes de rompimento e insatisfação anunciadas por determinados grupos sociais, preferindo que eles saiam de circulação, que sejam varridos dos espaços públicos das cidades.

Não se sabe o número exato de crianças e jovens que vivem em situação de rua no nosso país e nunca se saberá. Existem fenômenos sociais que são imensuráveis formados por agente nômades difíceis de fixarem em índices estatísticos. Eles são sujeitos que circulam como define Maria Filomena Gregori (2000). O que nos vale saber e refletir é que desde a sua formação inicial, marcada por uma série de situações de violência e expropriações, o Brasil, assim como praticamente todas as regiões do mundo, produz um dos fenômenos mais perversos de exclusão social que é a existência dos meninos e das meninas que estão se firmando na rua como um espaço de fixação e referencia. Portanto, não é um fenômeno da modernidade, nem mesmo de país pobres ou em desenvolvimento, mas sim agravado pela estrutura desigual e excludente que a sociedade capitalista moderna possuiu.

Acredito que o foco da discussão é a percepção das redes e das novas práticas sociais tecidas em virtude da vida nas ruas para esses indivíduos. Sabemos que a violência doméstica, os conflitos comunitários, o tráfico de drogas e diversas situações ocasionadas pela pobreza levam as crianças muito cedo a buscarem o que a vida nas ruas tem para oferecer. A minha questão é: o que faz com que eles permaneçam nas ruas? O que produz o movimento nômade, a circulação entre a casa e a rua? Quais são as redes de atração e de afetividade constituídas para que à vontade de ficar muitas vezes supere as situações perigosas e as discriminações

dos quais estão sujeitos? Se a rua se tornou um signo identitário, então nela também se constituem redes que a tornam atrativa e que possibilita, em planos diversos, a sobrevivência de seus moradores. A rua também deve ser entendida como um lugar de encontro de afetos.

Alguns indivíduos vivem e sobrevivem nas ruas porque nelas existem as pessoas com quem constituíram laços de solidariedade, de carinho, de amor, sobretudo, quando falamos das crianças e dos jovens. Redes de atração são criadas para que a rua se torne a referência e que são representadas pelas interações cotidianas, pelos lugares aonde se vai e pelas pessoas com quem os caminhos se entrelaçam. Desse modo, podemos perceber nas crianças e nos jovens todos os recursos afetivos da condição humana. Para David Le Breton (2009), as emoções possibilitam modos de afiliação a uma determinada comunidade social, onde se produz uma maneira de se reconhecer e de poder construir canais de comunicação sobre a base da proximidade sentimental. Cada emoção sentida oferece possibilidades de interpretação sobre o que sentem os indivíduos e o que percebem com relação à atitude dos outros sobre eles. A afetividade, para Le Breton, mistura os acontecimentos significativos da vida pessoal com a vida coletiva, possibilitando assim, feixes de emoções que são produzidas pelas vivências que confrontam determinados valores com o mundo. As criança e os jovens que possuem vivencia de rua não ficam à margem dessas relações, e assim, percebe-se como esse drama social possibilita para esse grupo a constituição de uma cultura afetiva própria.

Deve-se olhar para as crianças e os jovens moradores de rua com um olhar de denúncia e não de piedade. Um olhar que ultrapasse os dias que não estão vinculados a datas festivas cristãs, onde eles estão mais expostos nas ruas e os olhares mediados pela caridade são bem mais persistentes. Falo de uma maneira de enxergar utilizando o conceito de “olhar intrometido” de José Machado Pais (2006), ou seja, um olhar “metido” no que normalmente se desolhar, mas também “comprometido”, isto é, envolvendo um compromisso, uma obrigação de denúncia, de desocultação, de desvendamento. Uma vista que esteja armada de interrogações, de questionamentos, de dúvidas e inquietações, pois a maneira como olho para o outro é capaz de revelar a mim mesmo. Me atrevo a olhar para os jovens moradores de rua me despindo da intensidade que o meu olhar militante possui. Mas só da intensidade, pois um olhar atrevido é um olhar militante. Machado Pais faz um convite para que o olhar seja recuperado como uma ferramenta metodológica imprescindível, já que é ele que media a primeira relação que estabelecemos com o outro, ou seja, olhamos para perceber a presença de algo que existe. E ainda lembra que “o olhar não pode sacar sem dar, ao mesmo tempo (2006:35)”. Ao olhar para os jovens moradores de rua estaremos ao mesmo tempo sendo olhados por eles também. Seremos vistos. E o que recorrentemente eles vivenciam são olhares

desconfiados de pessoas que não os enxergam para além de suas roupas maltrapilhas e de suas feições sequeladas.

Lembro-me dos meus primeiros olhares. Eram eles encobertos de desconfianças e envolvidos por uma obrigação, que na época e na função institucional que exercia como operadora da política da infância do poder público municipal, o meu olhar era esperado como algo que poderia trazer uma atitude imediata, quiçá uma solução. No começo há um certo receio na aproximação. Depois uma ligeira pena pela situação, sentimento quase inevitável e que deve ser assumido. Daí surge à curiosidade em tentar desvendar “algumas verdades”, que em suas narrativas são envolvidas de “inverdades”. Aprendi que a primeira versão é sempre a versão que eles preferem contar, nem verdadeiras nem mentirosas, mas sim, as suas primeiras histórias. Elas despertaram a minha atenção. Eram instigantes em demasiado e envolvidas por fantasias, assim como os contos fantásticos de Gabriel Garcia Márquez. A curiosidade de aprofundá-las e chegar a seu desfecho foi algo inevitável para mim.

Para Machado Pais (2006), o pesquisador em campo é mais um personagem do enredo e compõe o cenário, mas como um observador de olhar intrometido e minucioso, pois muito há nas entrelinhas das práticas sociais dos jovens moradores de rua que precisam ser revelados para que o pesquisador compreenda essas modalidades de interação social. Na rua há uma inversão ou uma reprodução de formas de se agir e pensar que são redefinidas constantemente. Ela causa atração. Ela faz com que muitos queiram ficar. Assim, devemos ficar atentos ao significado que os espaços produzem e de que maneira ele é ocupado pelos jovens moradores de rua. Os espaços possuem códigos de informação, pois há interações sociais entre os indivíduos que organizam redes sociais, e que é mediado por algum tipo de emoção. Assim, os códigos e significados constituídos sobre os espaços de convivência social estão diretamente relacionados a elementos do campo da subjetividade. Então, o convite é olhar para as ruas e enxergar que para muitos indivíduos ela é produtora de algo que a vida na casa nunca conseguiu produzir ou produziu de modo insuficiente levando a negação deste lugar. No caso aqui proposto, a rua atrai porque nela existem afetos.

Referências Bibliográficas.

FERRARA, Lucrecia. Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: EDUSP, 1993.

GREGORI, Maria Filomena. Viração: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LE BRETON, David. As paixões ordinárias: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Salvador: Caderno CRH, UFBA, 1994.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Sociedade e infância no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PAIS, José Machado. Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas. Porto: AMBAR, 2006.

PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008..